

Capital Social e Resíduos Sólidos: Organizações e Multissetorialismo em Florianópolis- SC¹

Resumo:

Este ensaio parte de pesquisa qualitativa sobre as relações socioambientais em torno da questão dos resíduos sólidos (Boeira e Silva, 2004), em contexto de urbanização de área litorânea com grande atratividade turística (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil). Destaca a contribuição à cidadania de duas organizações à luz das teorias do capital social. Florianópolis enfrenta problemas sistêmicos na ocupação do solo e no planejamento urbano em geral. Redução, coleta seletiva, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos são aspectos muito relevantes na região. Diferentes percepções de cidadania e de organização, além das interações entre as organizações, são observadas numa Associação de Recicladores e no Fórum Estadual Lixo & Cidadania, composto por diversas organizações governamentais e não-governamentais. Conclui-se que as duas organizações compõem um movimento complexo-multissetorial pela reciclagem, gerador de capital social.

Palavras-chave: Lixo, capital social, resíduos sólidos, reciclagem, cidadania

Sérgio Luís Boeira

Professor do Mestrado Acadêmico em Administração na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI, Santa Catarina) e pesquisador do CIRIEC-Brasil. slboeira@brturbo.com;

Wanessa Célia da Silva

Psicóloga. Investigadora de UNIVALI.

Resumen:

Este trabajo parte de una investigación cualitativa sobre las relaciones socioambientales en torno a la cuestión de los residuos sólidos (Boeira e Silva, 2004), en un contexto de urbanización de una area del litoral con grandes atractivos turísticos (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil). Se estudia la contribución de dos organizaciones a la luz de las teorías sobre el capital social. Florianópolis enfrenta problemas sistémicos de ocupación del suelo y de planeamiento urbano en general. La reducción, recolección selectiva, réutilización y reciclaje de los residuos son temas muy relevantes en la región. Se observan diferentes percepciones de la ciudadanía y de la organización, y de las interacciones entre las organizaciones, en una Asociación de Recicladores y en el Foro Estadual Residuos y Ciudadanía, formado por diversas organizaciones gubernamentales y no gubernamentales. Se concluye que las dos organizacioones forman parte de un movimiento complejo multisectorial por el reciclaje, generador de capital social.

Palabras-clave: Basura, capital social, residuos sólidos , reciclaje, ciudadanía

Abstract:

This paper draws from a qualitative research on the social-environmental relations about the question of the solid waste (Boeira and Silva, 2004), in a contexto of urbanization of an area of the seashore that possesses great turistic (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil). It studies the contribution of two social organizations in the perspective of the theories on social capital. Florianópolis faces problems of land occupation and urban planning in general. Waste reduction, selective collect, reuse and recycling are very relevant themes in the region. We can observe diferente perceptions of citizenship and organization, and of the interactions between the organizations, in the Association of Recyclers and in the State Waste and Citizenship Forum, formed by diverse government and non government organizations. We conclude that both organizations are part of a complex multisectorial movement in pro of recycling, that generate social capital.

Key words: waste, social capital, solid waste, recycling, citizenship

Résumé:

Cet article part d'un recherche qualitative sur les relations socio-environnementales dans la question des déchets solides (Boeira e Silva, 2004), dans un contexte d'urbanisation du littoral de Florianopolis, province de Santa Catarina, una zone d'une grande attraction touristique. Cette recherche met en évidence la contribution à la citoyenneté de deux organisations à partir des théories du capital social. Florianópolis fait face à des problèemes systémiques dans l'occupation du sol et l'aménagement urbain en général. la réduction, la collecte sélective, la réutilisation et le recyclage sont des questions très pertinentes dans la région. On peut observer différentes perceptions de la citoyenneté et de l'organisation, et des interactions entre

organisations, dans une Association de Recycleurs et dans le Forum régional Déchets et Citoyenneté, formé par diverses organisations gouvernementales et non gouvernementales. On conclut que ces deux organisations font partie d'un mouvement complexe, multi-sectoriel, pour le recyclage, générateur de capital social.

Mots-clé: déchets, capital social, déchets solides, recyclage, citoyenneté.

Introdução

A pesquisa da relação entre sociedade-indivíduo-espécie humana e a natureza ou meio ambiente emerge como um dos grandes desafios humanos nas últimas três décadas do século XX, mais precisamente desde a Conferência de Estocolmo, em 1972 (Dorst, 1971; Morin, 1973; Leis, 1999), gerando debates e produção científica multi, inter e transdisciplinar, em meio à chamada crise de paradigmas ou crise epistemológica da ciência moderna (Santos, 1989; Morin, 1998).

A temática deste trabalho é o conjunto de relações socioambientais – seus conflitos e alternativas organizacionais públicas e privadas – em torno da questão dos resíduos sólidos em contexto de urbanização de área litorânea com grande atratividade turística, com ênfase na contribuição de organizações do terceiro setor à luz, especialmente, das teorias do capital social (Franco, 2001; Putnam, 1993; Sorj, 2000; D'Araújo, 2003) num contexto de modernização reflexiva (Giddens *et al*, 1997).

A relevância de estudos sobre a questão dos resíduos sólidos no Brasil pode ser expressa em números: de 1989 a 2000, o volume de resíduos gerados aumentou quase 50% (de 100 mil para 149 mil toneladas/dia), segundo dados da secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Urbanos do Ministério do Meio Ambiente. Tais dados, reproduzidos pela Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente (Bio, 2004: 13), indicam que o quadro da disposição inadequada de lixo, proporcionalmente, também piorou: em 1989, 72% dos resíduos sólidos eram depositados em lixões, 23% em aterros sanitários ou controlados (sem distinção, na época), 3% usados em compostagem e 2% reciclados. Em 2000, o volume despejado em lixões passou a 59,03%, enquanto os aterros controlados recebiam 16,78% e os aterros sanitários 12,58%. Para compostagem, o volume passou a 3,86%, enquanto 2,82% eram reciclados.

Atualmente, ainda segundo a revista Bio (2004), nas cidades com menos de 200 mil habitantes são gerados cerca de 580 / 790 gramas de resíduos sólidos por habitante/dia, enquanto naquelas com mais de 200 mil o volume varia de 900 a 1.400 g/hab/dia. O volume total de material jogado em lixões ou colocados em aterros apenas controlados (não sanitários) provoca situações de impacto social e de degradação ambiental (contaminação dos lençóis freáticos pelo chorume e de solos agricultáveis, no caso de áreas rurais, e poluição do ar pela liberação de gases tóxicos, nas áreas urbanas). Os poucos municípios (12,58%) que destinam corretamente seus resíduos para aterros sanitários investem recursos consideráveis para *enterrar o que em grande parte é reciclável, que pode transformar-se em matéria-prima* (possibilidade esta relativa ao desenvolvimento científico-tecnológico, político, econômico, cultural e social).

No contexto da relação entre o modelo dominante de crescimento urbano, que no Brasil é reconhecidamente predatório (Maricato, 2001), e o princípio de sustentabilidade socioambiental, defendido pela ONU desde 1972 e desenvolvido na Agenda 21 Brasileira (Novaes, 2000), ocorre um processo de reflexividade social e institucional. Neste autoconfronto da sociedade, a gestão dos resíduos sólidos abandona gradualmente o enfoque estatocêntrico e passa a considerar uma multiplicidade de atores sociais, inclusive os mais esquecidos historicamente – os *catadores de lixo e suas organizações emergentes*, em forma de associações e cooperativas –, bem como um conjunto de atores sociais representantes de outras organizações da sociedade civil e da iniciativa privada. O Estado brasileiro mescla na sua história o *monopólio da verdade objetiva* da tecnocracia com os interesses patrimonialistas, clientelistas e personalístico-partidários (Nunes, 1997). Assim, no processo de reflexividade ou autoconfronto amplia-se a noção de “público” como sinônimo de “estatal” para uma noção de “público” como sinônimo de “interesse público” (Keinert, 2000), com o fortalecimento concomitante de laços entre atores sociais de classes e camadas sociais diferentes, em projetos e organizações “públicas não-estatais”. O processo de reflexividade, portanto, é paradoxalmente *fragmentador (desemprego) e gerador de capital social* – entendido aqui como capacidade associativa, de auto-organização coletiva, em rede, para a geração de bens e espaços públicos. Não se trata de um processo linear ou contínuo, evidentemente, mas de um processo marcado por conflitos sociais, políticos, econômicos, padrões culturais e socioambientais (Neder, 2002) Aliás, faz-se necessário, aqui, introduzir minimamente o contexto histórico global.

Os estudiosos da “modernidade reflexiva” reconhecem uma “modernidade simples”, anterior àquela, na qual a condição de classe social dos cidadãos, em meio ao capitalismo industrial, é formadora de identidade social, com cada classe tendo suas instituições, suas organizações partidárias e suas culturas em desenvolvimento, especialmente nos países europeus, mas com repercussão mundial. O período da Guerra Fria é ilustração disso (Lash, 1997: 157). A transição para a “modernidade reflexiva” é concomitante à globalização econômica e cultural, com a ciência e a tecnologia de informação gerando um processo de fragmentação e autoconfronto das instituições e das formas organizacionais. As organizações classistas perdem sua força cultural de formação da identidade de seus membros e estes, em meio à fragmentação das classes, das instituições e organizações, buscam novas identidades, o que também significa dizer novas formas organizacionais. A reflexividade se instala como incerteza em relação ao passado e ao futuro após a Guerra Fria. Os processos ditos pós-industriais em grande medida aceleram a produção industrial sob o impacto da computação, flexibilizando as organizações em geral, que se rearticulam em unidades menores, com redução de funcionários, para viabilizar adaptação contínua aos mercados. Em cada país, em cada região, vivencia-se um processo diferenciado, de acordo com as histórias de seus respectivos processos produtivos, porém com um eixo comum, que divide os *incluídos* no processo produtivo informatizado e os *excluídos* desse novo processo.

No contexto brasileiro, de acordo com Soares-Baptista (2003: 4), a reciclagem de papel, por exemplo, se confunde com as origens da fabricação do produto no País, há mais de cem anos. Nessa época, a coleta nas ruas de material reaproveitável era feita por migrantes ou mendigos, que recolhiam o que poderia ser comprado por donos de depósitos de material, que por sua vez revendiam os materiais em volumes maiores, por preços melhores, às empresas que os utilizava nos meios produtivos para reduzir custos de matéria-prima ou suprir falta de insumos. Este processo ganha um novo impulso nas décadas de 1980 e 1990, a partir das reestruturações administrativas e econômicas, geradoras de desemprego. Moradores de rua (mendigos) e desempregados, além de migrantes, passam a formar um movimento silencioso de *lumpens*, tendo contra si toda a carga histórica de preconceitos existente sobre os que estão fora do processo produtivo industrial (ou do mercado convencional) acrescida da imagem de sujeira do lixo.

O chamado terceiro setor (Coelho, 2000) toma impulso nas últimas décadas do século XX em meio à crise de identidade dos sindicatos de trabalhadores e crise das instituições tanto do Estado quanto do Mercado. O associativismo diversifica-se, recupera e renova uma longa tradição de idéias em torno da cooperação, da economia social e solidária, da ética nas organizações e na sociedade (França Filho e Laville, 2004; Malo, 2003; Pinho, 2004), e o ambientalismo acrescenta complexidade às suas próprias formas organizacionais, questionando a sustentabilidade da modernidade (Leis, 1999; Viola e Boeira, 1990).

As duas organizações do terceiro setor que constituem o objeto central desse ensaio são a *Associação de Recicladores Esperança* e o *Fórum Estadual Lixo & Cidadania* (FELC-SC), ambas sediadas na capital catarinense. A primeira, em princípio, pode fazer parte da última, que se constitui como espaço de debate, formulação e avaliação de políticas públicas por representantes de diversas organizações, tanto privadas quanto públicas. Em razão desta característica multissetorial, o FELC-SC pode ser concebido como parte do terceiro setor, mas não restrito a este.

Quanto aos aspectos *metodológicos da pesquisa qualitativa*, remetemos o leitor à segunda nota ao final deste ensaio, por razões de limitação de espaço. ²

Florianópolis: introdução à realidade socioambiental dos resíduos sólidos

Um aspecto muito relevante da temática em questão é a demografia, já que há uma relação direta e conflituosa entre, por um lado, o crescimento e a concentração populacional e, por outro, a produção e os obstáculos à destinação final de resíduos. Florianópolis, que no censo demográfico de 1996 tinha 268.551 habitantes, chegou a 342.315 no ano 2000 (em área de 450 km², sendo 12 km² destes no continente e o restante na Ilha de Santa Catarina), segundo censo 2000 (IBGE, 2001). Florianópolis cresce em média duas vezes mais do que o Brasil. Nos últimos dez anos, o aumento populacional foi de 3,31% ao ano, enquanto a média brasileira é de apenas 1,64%

(Orofino, 2002: 20).

É relevante também observar que São José, município colado a Florianópolis, tinha 173.559 habitantes em 2000 e passou para um pouco mais de 182 mil três anos depois. As populações dos municípios, somadas, ultrapassam meio milhão de habitantes.

Florianópolis e São José são municípios localizados em áreas contíguas, em ecossistemas interfaciais de mar e terra, no litoral de Santa Catarina (Cruz, 1998). Nessas áreas, a ocupação do solo e o planejamento urbano em geral têm, como um dos problemas sociais mais relevantes e com tendência de crescimento, a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos, em razão de vários fatores combinados, entre os quais pode-se destacar: a) o antagonismo entre os bens públicos naturais e as formas predominantes de urbanização (com forte especulação imobiliária); b) o antagonismo entre turismo massivo e capacidade institucional de reciclagem de resíduos; c) a concorrência entre os sistemas formal e informal de coleta e reciclagem de resíduos; d) o conflito entre a moral particularista da indiferença em relação ao meio ambiente e às gerações futuras, por um lado, e a ética ambiental e universalista, por outro – ambas, aliás, questionadas por interesses econômicos e políticos de setores da elite local. Diversos estudos locais apontam os conflitos encobertos pelas ideologias e representações dominantes (ver, a propósito, Fantin, 2000; Kuhnen, 2002; 1995; Lisboa *et al*, 2001).³

A pesquisa mais recente sobre a temática, promovida pela prefeitura da capital, é intitulada *Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Urbanos de Florianópolis*, da Companhia de Melhoramentos da Capital (Orofino, 2002). Neste estudo observa-se que há um aumento significativo da população nos meses de verão, tendo como conseqüência o aumento da produção de lixo, que durante o ano fica em torno de 355 t/dia, enquanto que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro atinge 431 t/dia.⁴

Esta situação atual tem, entretanto, uma longa história de conflitos e, como dissemos anteriormente, de reflexividade e geração de capital social, o que resumimos no quadro a seguir:

Fonte:

Elaboração a partir de informações de Kuhnen (1995); Viola e Boeira (1990); Lisboa *et al* (2001). Desde 1992, portanto, apesar das denúncias de poluição, os resíduos

Quadro 1: Breve Histórico do Tratamento de Resíduos Sólidos em Florianópolis até 1992: Conflituosa Formação de Capital Social

Século XIX	Escravos ou empregados transportam os resíduos e os despejam nas praias mais próximas, até que um “carroção” passa a ser usado para transportar os detritos nas praias na baía norte da Ilha.
1910 a 1950	Um “forno de lixo” é construído entre 1910 e 1914 e é sido usado por cerca de meio século para queimar os resíduos de Florianópolis e arredores.
1956	Inicia-se o despejo irregular sobre o Mangue do Itacorubi, com poluição das águas, ar e solo, proliferação de vetores, comprometimento visual da paisagem e riscos à saúde pública. O local passa a ser conhecido como “Lixão do Itacorubi”.
1958	Inicia-se o “Aterro Sanitário do Itacorubi”. Não é alterada de modo significativo a situação do “Lixão”. O material depositado sobre o manguezal passa ser coberto com terra, num processo contínuo de destruição da biodiversidade do ecossistema.
1979	Técnicos da CETESB recomendam a desativação do “Lixão do Itacorubi”.
1980	COMCAP promete desativar o “lixão” em dois meses e recuperar o mangue. Mas isto de fato não é viabilizado. Técnicos da CETESB e da COMCAP elaboram proposta de solução conjunta para os resíduos de Florianópolis, São José e Biguaçu.
1982	É elaborado o Projeto de Melhoria do Sistema de Limpeza Urbana do Aglomerado Urbano de Florianópolis (PMLU/AUF), com a participação de vários órgãos municipais (capital, São José, Palhoça e Biguaçu), governo federal e governo estadual.
1984	FATMA (órgão público estadual) realiza o 1º Seminário sobre Tratamento de Resíduos Sólidos, a partir da constatação de que o problema da capital é comum em muitos outros municípios de SC. No evento, constata-se que a situação de Florianópolis continua sem solução.
1985	FATMA, ABES e Associação Catarinense de Engenheiros realizam o 2º Seminário, concluindo que a saída para o impasse é a instalação de um “aterro sanitário” em algum local da Ilha ou do Continente, com uma campanha de conscientização.
1986	Inicia-se o envolvimento do MEL (Mov. Ecológico Livre) no debate público sobre o lixo, com realização de debates, diagnóstico e parceria com a UFSC para elaboração de um projeto de coleta seletiva.
1987	Em parceria com a Associação de Moradores do Bairro Itacorubi, o MEL promove em setembro uma “greve ecológica”, impedindo a entrada de caminhões e o depósito de lixo sobre o mangue, durante seis dias.
1988	A prefeitura da capital propõe a instalação de duas usinas de triagem e compostagem, sendo uma delas em Santo Antônio de Lisboa e outra no Continente. A comunidade de Santo Antônio se mobiliza e rejeita a ideia. O projeto Viva Melhor, do MEL/UFSC, é incorporado pela COMCAP como Programa Beija-Flor. Prefeituras de Florianópolis e de São José firmam convênio e instalam usina no bairro Forquilhas, em São José. A comunidade se mobiliza e impede o acesso dos caminhões e convidados no dia da inauguração. Apesar das resistências, a prefeitura de São José consegue encaminhar os resíduos para a usina. Em Florianópolis, o lixo continua sendo depositado no mangue do Itacorubi. O Programa Beija-Flor, inicialmente visto como utópico, torna-se referência para um projeto da COMCAP, que obtém financiamento do BNDES para reproduzir a experiência em 37 comunidades. Este projeto de fato não é viabilizado inteiramente, apesar das tentativas. Chegou a ser implantado em nove comunidades carentes até 1993, mas depois foi desativado.
1989	Prefeitura de Florianópolis decide abandonar ideia de instalação de usina e encaminha a privatização do serviço de limpeza pública. A empresa contratada (Formaco) passa a transportar os resíduos pensados do bairro Itacorubi – no lugar do lixão constrói-se uma Estação de Transbordo e uma Estação de Triagem – para uma área de propriedade particular, a 60 km, no município de Paulo Lopes. Novamente há mobilização popular contra riscos de contaminação, mais tarde confirmada.
1992	Empresa Formaco, cedendo às pressões populares, passa a depositar os resíduos em outra área, também de sua propriedade, no município de Biguaçu. Autoridades locais e população vizinha ao aterro denunciam poluição do rio Inferninho.

31 Fonte: Elaboração a partir de informações de Kuhnen (1995); Viola e Boeira (1990); Lisboa *et al* (2001).

sólidos da capital têm sido depositados em aterro gerenciado pela empresa Formaco. A multiplicação de atores da sociedade civil e suas interações públicas com os atores da sociedade política e empresarial têm constituído o que intitulamos *movimento ambientalista complexo-multissetorial* (Viola e Boeira, 1990; Boeira, 1998; Boeira, 2003). Em relação aos resíduos sólidos, tem emergido no Brasil, nas últimas duas décadas, e especialmente desde meados da década de 1990, o que poderia ser intitulado *movimento ambientalista complexo-multissetorial pela reciclagem*. Algumas abordagens convergentes nesse sentido são as de Gonçalves (2003), Juncá (2004) e Calderoni (2003).

Lisboa *et al* (2001, p. 66) observam que em 1993 o programa Beija-Flor (Triagem Domiciliar e Tratamento Descentralizado do Lixo), implantado em 1987, foi desativado por falhas de organização e pouca participação comunitária, e “por não ter sido efetivamente incorporado pelos órgãos da prefeitura”. Em 1991 e 1992 foram iniciados o Projeto de Coleta Seletiva nas Praias, o Projeto dos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) e o Projeto de Reciclagem nas Escolas Públicas e Particulares do município. Em março de 1994 iniciou-se o Programa de Coleta Seletiva em quase toda a cidade. Em novembro de 1997, continuam os autores, foi assinado o convênio de parceria para a gestão do lixo por meio do Programa Lixo Zero, introduzindo a coleta seletiva nas praias de Jurerê e Daniela. O programa atinge a maioria das comunidades do norte, leste e sul da Ilha de Santa Catarina. No entanto a coleta seletiva recolhe somente o material reciclável seco. Não inclui o lixo orgânico, que é quase todo depositado no aterro sanitário de Biguaçu. Embora a COMCAP tenha capacidade para triar até 50% do material seco coletado, atualmente faz a triagem de 10% deste material. Os 90% restantes são divididos entre a Associação de Recicladores Esperança (AREsp) e mais outras duas entidades (Lisboa *et al*, 2001: 67).

Associação de Recicladores Esperança (AREsp)

Os catadores de materiais recicláveis tiveram sua profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002. Várias associações e cooperativas autônomas estão sendo formadas atualmente, no Brasil (DC, 2001; MNCMR, 2002). O Movimento Nacional de Catadores tem como uma de suas reivindicações uma política de coleta seletiva que privilegie tais organizações, tendo em vista a melhoria das condições de vida de famílias inteiras, além de uma efetiva erradicação do trabalho infantil em lixões.

A Associação de Recicladores Esperança (AREsp) surgiu de um projeto de extensão da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), ganhador do 1º Concurso de Projetos Sociais Especiais da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), em julho de 1999. A proposta era capacitar pessoas socialmente marginalizadas (catadores) para fazer triagem de resíduos sólidos, reciclagem de papel artesanal, além de oferecer conhecimentos sobre cooperativismo e associativismo solidário. O projeto foi colocado em prática a partir de dezembro de 1997 e concluído em julho de 1999,

quando foi fundada a AREsp. Atualmente tem 35 componentes associados, todos oriundos da Comunidade Monte Cristo (região caracterizada pela precariedade das condições de vida).

AAREsp tem um site (<http://www.aresp.hpg.ig.com.br/index.html>), desenvolvido em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), no qual são destacados os valores da organização, nos tópicos “Nosso sonho” e “Perfil da Associação”. Expressam ideais de igualdade, de solidariedade, de valorização profissional e pessoal, na construção de um “mundo melhor”.

Além da parceria com o CEFET, a AREsp tem convênio com a Prefeitura de Florianópolis, especialmente com a COMCAP, pelo qual é concedido o uso dos galpões construídos no Centro de Transferência de Resíduos Sólidos (antigo “Lixão do Itacorubi”), para fins de triagem, enfardamento, estocagem e venda dos resíduos proveniente da coleta seletiva, além de reciclagem de papel (produção de material reciclado vendo especialmente para escolas). A COMCAP entrega os resíduos e retira o que for rejeitado, mediante a cobrança de 5% do valor da tonelada de resíduo sólido seletivo; além disso, oferece apoio na comercialização dos produtos finais da triagem.

5

Em julho de 2004, a AREsp recebe visitas de candidatos a prefeito e a vereador, com promessas de ajuda, como a de um candidato a vereador pelo PFL (Partido da Frente Liberal), que promete pagar as despesas com transporte (aluguel de ônibus exclusivo) até a data das eleições. A promessa, sem a condição de uma contrapartida em votos, é bem recebida pelos integrantes da Associação.

Uma das fontes de informação sobre os valores, normas e forma de auto-organização da AREsp é o próprio Estatuto de fundação da entidade. Percebe-se clara normatização quanto aos seguintes tópicos, que definem capítulos: admissão de novos sócios, demissão, pontualidade, falta ao trabalho, direitos e benefícios dos sócios, uso de materiais e equipamentos, obrigações dos sócios, normas disciplinares, disposições gerais e atribuições da diretoria. A Associação visa preservar-se quando define que todo novo sócio deverá ser maior de idade, preferencialmente “chefe de família, possuir honestidade, responsabilidade, ser cumpridor dos seus deveres para com a associação”, definindo inclusive que o mesmo deverá ser morador da região do Monte Cristo. Uma das regras define que haverá um período de 30 dias de experiência, sob supervisão da diretoria e do quadro de sócios. Num segundo capítulo, repete-se a preocupação com o bom comportamento, definindo-se que determinado sócio poderá ser demitido em caso de:

- a) não se adaptar ao trabalho coletivo, coordenado pela diretoria;
- b) promover brigas, fofocas, falta de respeito com a diretoria e colegas associados, visitantes e roubo de materiais da associação e dos colegas;
- c) conduzir armas, estar

alcoolizado ou drogado dentro da associação, durante expediente de trabalho; d) faltar 4 dias úteis consecutivos ou em dias intercalados, sem justificativa; e) apresentar baixa produtividade por levandade (AREsp, 1999).

De um modo geral percebe-se uma busca de auto-organização fortemente hierarquizada entre diretoria e associados, apesar de esta ser constituída e outorgada através do voto direto em Assembléia. A seguir, o quadro 2 apresenta resultados de um questionário aplicado na AREsp.⁶

Fonte:

Elaboração própria. Em relação à solidariedade presente no ambiente de trabalho, o resultado do questionário é razoável, predominando a resposta “regular”. Esta resposta ganha uma conotação positiva quando relacionada à seguinte, pois a grande maioria (70,8%) responde que não existe muita desarmonia no ambiente de trabalho. O quadro mostra que os associados estão divididos na sua percepção quanto à participação nas decisões administrativas, já que a soma das respostas negativas (“quase nenhuma” e “pouca” participação) foi de 45,83%, enquanto a soma das respostas positivas (“regular” e “muita”) foi de 54,16%. Este resultado confirma uma *tendência à densidade média de capital social* observada na questão sobre solidariedade.

Quando questionados sobre o que significa trabalhar na AREsp, estabelecendo uma ordem de importância, os associados apontam para valores que não são facilmente interpretáveis: 58,3% colocam em primeiro plano a resposta “A” (significando “uma forma de se manter”). Ninguém opta, como prioridade, pela segunda alternativa (“B”), valorizando a AREsp como “seu futuro” e expressando “forte identificação” com a entidade. Um grande número (41,6%) de respostas sinaliza que trabalhar na AREsp é uma prioridade porque tal trabalho significa estar “envolvido com a preservação do meio ambiente, ajudando a sociedade”. A alternativa escolhida pela grande maioria (75%), mas como terceira prioridade, foi justamente a segunda, que aponta para uma “forte identificação com a AREsp”.

Uma grande maioria (75%) demonstra desconhecimento da existência do FELC-SC, o que representa uma baixa densidade de capital social fora da AREsp, uma fraca consciência de cidadania. Isto aponta para uma falha de comunicação interna da diretoria da AREsp, mas também para uma falha de comunicação do Fórum junto aos associados desta organização. Entretanto, dos seis que respondem já conhecer o FELC-SC, quatro participaram de alguma reunião do mesmo e todos eles dizem estar dispostos a voltar, demonstrando consistência na sua atividade social para além da AREsp.

Foram necessárias três visitas em dias consecutivos para obter-se as respostas de 80% dos associados, já que existe um forte absentéismo ao trabalho por parcela significativa dos mesmos (apesar da “partilha” dos recursos ser proporcional aos dias

Quadro 2: Caracterização Geral das Percepções de Capital Social na Associação de Recicladores Esperança (AREsp)

	M	F	Menos de 1 ano	Mais de 1 no 3 anos	Mais de 3 anos	Quase nenhuma	Pouca	Regular	Muita	Sim	Não	A	B	C
Sexo	07	17												
Filhos ou dependentes?										20	04			
Há quanto tempo na AREsp?		12	08	04										
Tem fonte de renda?										01	23			
Ambiente de trabalho é marcado por solidariedade?						01	07	10	06					
Muita desarmônia na AREsp?										07	17			
Participa nas decisões?						05	06	04	09					
Existe alguma atividade ou função que você não exerce?										22	02			
Você está insatisfeito com alguma atividade ou função?										03	21			
A AREsp é vista por você como uma extensão da sua família?										22	02			
O que significa trabalhar na AREsp (ordem de importância) ? *												1º- 14	1º- 0	1º- 10
												2º- 7	2º- 6	2º- 11
												3º- 3	3º- 18	3º- 3
Você sabe o que é o Fórum Do Lixo e Cidadania de SC?										06	18			
Já participou de alguma reunião do Fórum?										04	20			
Pretende voltar?										04	0			

* A- Uma forma de se manter (obter recursos para sobrevivência) ; B- Representa o seu futuro, porque você tem forte identificação com a AREsp; C- É uma forma de estar envolvido com a preservação do meio ambiente, ajudando a sociedade.
 Fonte: Elaboração própria.

trabalhados). Além disso, existe muita rotatividade: apesar de haver uma lista de 30 candidatos a entrar na AREsp, também há muitas desistências dos que já foram admitidos. A motivação básica das desistências é a busca de trabalho com mais estabilidade e segurança, ou seja, com “carteira assinada”. Outra motivação básica para deixar o trabalho na AREsp é a percepção social do local em que está situada, ainda conhecido como “Lixão do Itacorubi”.

Fórum Estadual Lixo & Cidadania (FELC) de Santa Catarina

Para compreender-se a iniciativa desta organização, é necessário contextualizá-la, partindo do Fórum Nacional Lixo & Cidadania. Em junho de 1998, um ano antes do lançamento da campanha *Criança no Lixo Nunca Mais*, é criado este Fórum Nacional, que representa o encontro de órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas que atuam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano e na área social. São 56 organizações que planejam e implementam ações para erradicar o trabalho infante-juvenil nos lixões, apoiar e fortalecer o trabalho de catadores com a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem do lixo, incentivar a erradicação dos lixões, auxiliando na recuperação de áreas degradadas e incentivando a implantação de aterros *sanitários*. Como estratégia de mobilização e sensibilização da sociedade, o Fórum Nacional lança, em 1999, a campanha *Criança no Lixo Nunca Mais*, tendo como resultado parcial a retirada de mais de 46 mil crianças e adolescentes do trabalho com o lixo. O papel do Fórum Nacional é favorecer a discussão e a apresentação de soluções para os problemas, incentivando a articulação de ações e instituições para a gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos, por meio de Fóruns Estaduais e Municipais Lixo e Cidadania.⁷

Em 22 de maio de 2003, foi organizado e instalado em Santa Catarina o Fórum Estadual Lixo & Cidadania (FELC-SC), o 23º Fórum Estadual, com apoio de diversas organizações profissionais, públicas e privadas, incluindo a Caixa Econômica Federal, o Ministério Público Estadual, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁸

De acordo com o Regimento Interno (FELC-SC, 2003), o Fórum tem um Grupo Coordenador, eleito por um período de um ano; é permitida a recondução, mantendo-se a paridade entre os membros, sendo dois representantes de órgão governamental, dois representantes de órgão não governamental, um representante da categoria econômica e um representante da categoria profissional. O Grupo Coordenador é representado por pelo menos seis entidades e define, entre seus componentes, um coordenador, um vice, primeiro e segundo secretários e dois membros adjuntos, com eleição simples em Assembléia, tendo cada entidade apenas um voto.

O FELC tem uma sistemática de trabalho que inclui, além das Assembléias bimestrais, também as reuniões mensais de Grupos Temáticos. Cada um tem suas

funções definidas e as proposições são deliberadas em Assembléia, em forma de recomendação. Esta forma de organização horizontal, em rede democrática, é animada por trocas diárias – na Lista de Discussão eletrônica – de informações, sugestões e comentários sobre as deliberações do Fórum.

O FELC constitui-se, do ponto de vista sociológico, como um *movimento multissetorial organizado em rede horizontal sociotécnica*, e é inovador à medida que *combina um modo formal de deliberação e representação com um modo informal de discussão e atualização de informações*. A Internet é, pelo que foi constatado no processo de pesquisa, um instrumento fundamental na organização e na formação de capital social entre os integrantes do FELC. Entretanto, seu ritmo de trabalho e sua capacidade de obtenção de diagnósticos são sistematicamente bloqueados pela baixa densidade de capital social entre a sociedade civil e as diversas prefeituras de Santa Catarina. Além disso, há o grande obstáculo que é o atraso na definição de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. A versão atual, em fase de análise no Ministério do Meio Ambiente, está sendo reformulada em vários aspectos (Bio, 2004: 10).

O Fórum Estadual Lixo e Cidadania atua de forma complementar ao Fórum Nacional, buscando orientar a definição de políticas públicas sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios do estado, além de estimular a formação dos fóruns municipais. O FELC-SC propõe-se a realizar um diagnóstico da situação socioambiental dos resíduos sólidos no estado; mobilizar a sociedade e as municipalidades; e articular as ações dos órgãos estaduais e regionais; oferecer assessoramento a iniciativas locais, com sistematização e disseminação das experiências e estratégias de ação; visa proporcionar capacitação dos diversos atores para a implantação de fóruns municipais; e busca articulação com a Procuradoria e as Promotorias da Infância e do Meio Ambiente (FELC-SC, 2003).

Considerações Finais: Parâmetros Básicos

Há uma multiplicidade de aspectos socioambientais, políticos, administrativos e econômicos no exame dos sistemas de tratamento dos resíduos sólidos e das organizações que dele participam (Calderoni, 2003; Juncá, 2004; Neder, 2002) É praticamente impossível, nos estreitos limites de espaço deste ensaio, fazer justiça à complexidade da problemática envolvida. Combinam-se, para isso, obstáculos de articulação teórico-empírica com obstáculos institucionais e paradigmáticos, já que o paradigma dominante, disjuntor-redutor (cartesianismo, positivismo, mecanicismo), marginaliza o emergente paradigma da complexidade (Morin e Le Moigne, 2000).

O paradigma dominante nas ciências está profundamente articulado ao padrão linear e tradicional do processo produtivo fundado na história do industrialismo (taylorismo, fordismo e, em grande medida também o processo recente de flexibilização informatizada). A redução, a coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos, por outro lado, são processos não-lineares, complexos, inovadores. As universidades estão ainda numa etapa embriológica do conhecimento consistente sobre

tais processos, especialmente sobre as imbricações técnico-humanas.

A noção de modernidade reflexiva (Giddens, Beck e Lash, 1997) está associada à ambigüidade, às contradições, às ambivalências da sociedade moderna após a derrubada do Muro de Berlim, à Guerra Fria e ao fenômeno mais recente de globalização informatizada. A modernização reflexiva é um processo conflituoso, complexo, de desestruturação sociocultural e reestruturação sociocultural, com efeitos políticos e econômicos. O aspecto *reconstrutivo da reflexividade* é o que destacamos aqui, com a noção de *capital social*.

Esta noção diferencia-se das noções de capital natural, financeiro e de capital humano (este é definido pelos graus de saúde, escolaridade e nutrição). O capital social se expressa, basicamente, pela capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos (D'Araujo, 2003: 10).

Franco (2001, p. 50) considera capital social um fator do desenvolvimento das sociedades, em cuja presença: a) as sociedades, ou partes delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance; b) as organizações tornam-se mais eficientes; c) os chamados “custos de transação” são reduzidos; d) as instituições funcionam melhor; e) reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação de conflitos; f) mais bens públicos (e privados) são produzidos; g) mais atores sociais são constituídos; h) a sociedade civil torna-se mais forte.

O conceito de capital social refere-se a uma capacidade de viver em comunidade, *lato sensu*, ou seja, de interagir socialmente de sorte a criar e manter contextos nos quais se manifeste um *ethos* de comunidade. Tal capacidade implica: a) subordinar interesses individuais aos de grupos maiores; b) trabalhar conjuntamente visando objetivos comuns; c) formar novas associações; d) compartilhar valores e normas para formar grupos e organizações estáveis, além de constituir e compartilhar a gestão destas.

Putnam (1996: 23) observa que os “novos institucionalistas” divergem entre si com relação a muitos pontos (teóricos e metodológicos), mas estão de acordo quanto às seguintes idéias: a) as instituições moldam a política; b) as instituições são moldadas pela história. No primeiro caso, concluem que as instituições influenciam os resultados políticos ao moldar a identidade, o poder e a estratégia dos atores. No segundo caso, concluem que a história segue uma trajetória: o que ocorre antes (mesmo que tenha sido de certo modo “acidental”) condiciona o que ocorre depois. Os indivíduos, diz Putnam, podem “escolher” suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos criaram, e suas escolhas, por sua vez, influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas.

O FELC-SC, como vimos, usa intensivamente a rede de computadores para suas trocas de informação e deliberação, formando capital social mediado pela tecnologia informacional, e focaliza suas ações para a promoção de cidadania aos atores sociais marginalizados, catadores e suas organizações. A história do tratamento institucional

dos resíduos sólidos condiciona a história do FELC-SC, assim como a da AREsp.

É a consciência ambientalista, que emerge especialmente em meados da década de 1980, na forma de um *ambientalismo complexo-multissetorial* (Viola e Boeira, 1990; Viola e Leis, 1992), que gera uma *reflexividade que denominamos reconstrutiva*. Se a trajetória da sociedade microrregional condiciona as identidades, o poder e as estratégias dos atores (organizações) que nela emergem, isto é possível à medida que a trajetória de vida dos indivíduos (organizadores) é marcada pela sua capacidade associativa e disposição para articular os valores “liberdade” e “responsabilidade” (Sánchez Vázquez, 2002; Boeira, 2004). Tal enfoque afasta-se tanto do determinismo estrutural quanto do voluntarismo e associa reflexividade a um movimento dialético e dialógico.

No caso da *emergência do movimento complexo-multissetorial pela reciclagem*, em meados da década de 1990, em várias cidades brasileiras (entre elas Florianópolis), o que temos, segundo esta abordagem teórica, é um desdobramento do ambientalismo complexo-multissetorial que emerge na década de 1980. Em ambos os casos, um conjunto de atores sociais promove uma articulação dos valores “liberdade” e “responsabilidade” em diferentes organizações, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política e do mercado.

A sociabilidade brasileira, segundo Sorj (2000: 30), tem historicamente “frágeis componentes cívicos, isto é, uma baixa identificação com os símbolos políticos do Estado e a noção de interesse público”. Nesse contexto a emergência do *ambientalismo complexo-multissetorial* e, mais recentemente, a emergência do *movimento complexo-multissetorial pela reciclagem*, são claramente dependentes de iniciativas de atores que têm mais poder (liberdade) na sociedade: os atores do Estado e do mercado.

No quadro 3, abaixo, definimos parâmetros básicos para a compreensão da emergência de capital social no setor de reciclagem, atribuindo uma *escala de responsabilidades decrescente*: 1. Estado; 2. Grandes empresas; 3. Empresas intermediárias e associações ou cooperativas; 4. Consumidor; 5. Catador. Este é o que dispõe de menos liberdade, em sua trajetória de vida, e, portanto, a ele não se pode atribuir senão a menor parcela de responsabilidade pelo tratamento racional dos resíduos. É ao Estado, em primeiro lugar, que cabe a articulação de liberdade com responsabilidade. A seguir, estão os parâmetros básicos para a compreensão desta problemática.

Este *quadro-modelo* mostra polaridades mais ou menos abstratas entre as quais a complexa realidade emerge, em posições intermediárias e incertas, constituída de baixo capital social, de frágeis articulações entre liberdade e responsabilidade entre os diversos atores. Os trabalhos de articulação de capital social do FELC-SC e da AREsp

são evidências de que o *movimento complexo-multissetorial pela reciclagem* está emergindo historicamente na microrregião. Portanto, esta temática merece, sem dúvida, ser objeto de novas pesquisas. A futura Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos certamente tornará mais evidente a relevância social dos Fóruns Lixo & Cidadania e das organizações de catadores de material reciclável, bem como dos demais atores do movimento complexo-multissetorial pela reciclagem.

Os Conselhos Municipais (meio ambiente, desenvolvimento, saúde e saneamento, etc), são espaços multissetoriais que *ainda não foram devidamente acionados pela sociedade civil brasileira, embora constituam importante inovação institucional na gestão das políticas sociais* (Santos Júnior et al, 2004, p. 25). Mobilizar os Conselhos Municipais talvez seja um passo fundamental e concomitante à articulação dos Fóruns Municipais Lixo & Cidadania, em todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. (2004). “FATMA aciona MP contra 22 lixões”. *Diário Catarinense*, 22 de janeiro, p. 30. Florianópolis.
- ARESP (1999) *Estatuto da Associação de Recicladores Esperança*. Florianópolis.

Quadro 3: Polaridades de Capital Social no Setor de Reciclagem: Parâmetros Básicos

Ausência de Capital social	Alta densidade de Capital social
<p>Os atores sociais contribuem para a inexistência de capital social desarticulando os valores liberdade e responsabilidade; a reflexividade social aparece como simples ameaça às instituições, e não como oportunidade evolutiva.</p>	<p>Cada um faz sua parte e compreende o setor como um conjunto, articulando os valores liberdade e responsabilidade. O processo reflexivo torna-se gerador de capital social e redutor de práticas clientelistas, alienígenas e assistencialistas.</p>
<p>1. Estado</p> <p>Não define um quadro legal visando a sustentabilidade ambiental e social do setor de reciclagem de resíduos sólidos; não promove a responsabilidade compartilhada entre suas instâncias e os atores civis.</p>	<p>1. Estado</p> <p>Define um quadro legal visando a sustentabilidade ambiental e social do setor de reciclagem de resíduos sólidos; promove a responsabilidade compartilhada entre suas instâncias e os atores civis.</p>
<p>2. Empresas dominantes do setor</p> <p>Não atuam com responsabilidade socioambiental; não utilizam matéria-prima reciclável; beneficiam-se da falta de consciência socioambiental de seus clientes; produzem embalagens sem coerência ambiental. Mantêm o catador como marginal.</p>	<p>2. Empresas dominantes do setor</p> <p>Atuam com responsabilidade socioambiental, respeitando seus clientes, funcionários, fornecedores e demais <i>stakeholders</i>. Investem em programas de educação ambiental; em cooperativas; em produtos recicláveis e duráveis; praticam preços justos, dentro da lei.</p>
<p>3. Empresas intermediárias, Associações e Cooperativas</p> <p>Formam uma cadeia de vários atravessadores (desde pequenos sucateiros até empresas médias), o que desvaloriza o material vendido pelo catador, que não alcança escala.</p> <p>Não verticalizam o beneficiamento do material; não investem no catador como ator-chave do processo; não se articulam em parcerias para conquistar área de armazenagem maior e melhores preços diante das grandes empresas do setor.</p>	<p>3. Empresas intermediárias, Associações e Cooperativas</p> <p>Propõem ao catador parcerias visando economia solidária; Sucateiros organizam-se em cooperativas e promovem o fortalecimento da rede de cooperativas, verticalizando o beneficiamento, agregando valor por meio de conhecimento e área de armazenagem apropriados.</p> <p>Investem na articulação e organização do mercado; reduzem a cadeia produtiva; obtêm melhores preços. Trabalham com ética socioambiental.</p>
<p>4. Consumidor-Consumista</p> <p>Não pratica o consumo responsável; não separa os materiais recicláveis na fonte; não os destina para a reciclagem; não busca melhorar seu conhecimento sobre o assunto.</p>	<p>4. Consumidor-Cidadão</p> <p>Pratica o consumo responsável, com base em critérios socioambientais; separa os materiais recicláveis na fonte, destinando-os para a reciclagem; busca melhoria do seu conhecimento sobre o assunto.</p>
<p>5. Catador</p> <p>Não se organiza em cooperativas ou associações; rasga sacos na rua (poluindo calçadas, marginalizando-se perante a sociedade); não tem força política, pois não estabelece parcerias ou estabelece parcerias paternalistas; vive no lixo e não do lixo. Frequentemente tem alguma dependência química. Não tem ética ambiental e não investe em seu aprendizado.</p>	<p>5. Catador</p> <p>Não cata em lixo; organiza-se em cooperativas ou associações; não rasga sacos na rua (poluindo calçadas); tem responsabilidade ambiental; coleta todos os recicláveis; forma parcerias, libertando-se de relações paternalistas; vende material de forma consorciada; busca novas formas de negociação; investe no seu aprendizado organizacional. Vive do lixo e não no lixo</p>

Fonte: Elaboração própria, parcialmente baseada em Gonçalves (2003: 36 a 44).

- BIO. A polêmica do lixo. (2004) *Bio - Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente*, ano XIII, n. 28, abril-junho. Rio de Janeiro.
- BOEIRA, S. L. (1998) “Crise civilizatória & ambientalismo transtetorial”. UFSC, *Revista de Ciências Humanas*, v. 16, n. 23, p. 71-102, abril. Florianópolis.
- BOEIRA, S. L. e SILVA, W. C. (2004) *Capital social e resíduos sólidos: estudo de casos do terceiro setor em Florianópolis e São José – SC*. Relatório ProBIC, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Biguaçu.
- BOEIRA, S. L. (2004) “Ética empresarial e capital social: aproximações conceituais”. *Seminário sobre Ética em Pesquisa*, 2, de 29 de junho a 01 de julho. CD-ROM editado pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP). UNIVALI, Itajaí.
- BOEIRA, S. L. (2003) “Política & gestão ambiental no Brasil: da Rio-92 ao Estatuto da Cidade”. *Revista Alcance*. UNIVALI, vol. 10, n. 3, p. 525-558, set/dez. Itajaí.
- CALDERONI, S. (2003) *Os bilhões perdidos no lixo*. 4ª ed. Humanitas Editora / FFLCH/ USP, São Paulo.
- COELHO, S. (2000) *Terceiro setor*. Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. Ed. SENAC, São Paulo.
- CRUZ, O. (1998) *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo*. Um estudo de geomorfologia costeira. Editora da UFSC, Florianópolis.
- D’ARAÚJO, M. C. (2003) *Capital social*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- DC (2001) “Atividade emprega 200 mil no país”. *Diário Catarinense*, 15 de julho, p. 37, Florianópolis.
- DEMO, P. (2002) *Complexidade e aprendizagem*. A dinâmica não linear do conhecimento. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. (2001) *Pesquisa e informação qualitativa*. Papirus, Campinas.
- DORST, J. (1971) *Avant que nature meure*. Pour une écologie politique. Delauchaux & Niestlé S.A., Suíça.
- FANTIN, M. (2000) *Cidade dividida*. Dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Ed. Cidade Futura, Florianópolis.
- FELC-SC. (2003). *Fórum Estadual Lixo & Cidadania (Santa Catarina) – Regimento Interno*, 01 de outubro. Florianópolis.
- FRANÇA FILHO, G. e LAVILLE, J.L. (2004) *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- FRANCO, A. de. (2001) *Capital social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política Millennium, Brasília.
- GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S. (1997) *Modernização reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna. UNESP, São Paulo.
- GONÇALVES, P. (2003) *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e*

- econômicos*. DP&A: Fase, Rio de Janeiro
- IBGE. (2001) *Censo demográfico 2000*. Característica da população e dos domicílios. Resultados do universo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.
- JUNCA, D. (2004) *Mais que sobras e sobrantes*: trajetórias de sujeitos no lixo. Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Tese de doutorado em Saúde Pública. Rio de Janeiro.
- JUNCA, D., GONÇALVES, M. e AZEVEDO, V. (2000) *A mão que obra no lixo*. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- KEINERT, T. M. (2000) *Administração pública no Brasil*. Crises e mudanças de paradigmas. Annablume: Fapesp, São Paulo.
- KUHNEN, A. (2002) *Lagoa da Conceição*. Meio ambiente e modos de vida em transformação. Ed. Cidade Futura, Florianópolis.
- KUHNEN, A. (1995) *Reciclando o cotidiano*. Representações sociais do lixo. Letras Contemporâneas, Florianópolis.
- LASH, S. (1997) “A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade”. In: GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S. (1997) *Modernização reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna. UNESP, São Paulo:
- LEIS, H. (1999) *A modernidade insustentável*. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Vozes, Petrópolis.
- LISBOA, A., SOARES, C., LOPES, D. e DIETRICH, J. (2001) *Qualidade de vida e cidadania*: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis. CECCA. Centro de Estudos Cultura e Cidadania. Fundo Nacional do Meio Ambiente. Editora Cidade Futura, Florianópolis.
- LOPES, P. S. (2003) *A vida no lixo*: resíduos sólidos urbanos, catadores e a cooperativa Recicla – Joinville – SC. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação – Especialização em Políticas Públicas, da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC-FAED), Florianópolis.
- MALO, M.C. (2003). “Cooperação e economia social e solidária: uma releitura de autores clássicos”. In: *Saberes* (Revista do CETEAD e CIRIEC Brasil), n. 0, p. 24 a 34, Salvador.
- MARICATO, E. (2001) *Brasil, cidades*. Alternativas para a crise urbana. Vozes, Petrópolis.
- MARTINS, P. H. (Org.; 2002) *A dívida entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Vozes, Petrópolis
- MNCMR. (2002) Catadores de vida. Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, edição 1/2002. São Paulo.

- MORIN, E. (1998) *Ciência com consciência*. 2ª ed. revista e modificada pelo autor. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- MORIN, E. e LE MOIGNE, J. L. (2000) *A inteligência da complexidade*. Peirópolis, São Paulo.
- MORIN, E. (1973) *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Editions du Seuil, Paris.
- MORIN, E. (1991) *O método IV*. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Publicações Europa-América.
- NEDER, R. T. (2002) *Crise socioambiental*. Estado & sociedade civil no Brasil (1982-1998). Fapesp, Annablume, São Paulo.
- NOVAES, W. (Coord.; 2000) *Agenda 21 brasileira – bases para discussão*. MMA/PNUD, Brasília.
- NUNES, E. (1997) *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático. Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, Rio de Janeiro.
- OROFINO, F. V. G. (Coord.; 2002) *Caracterização física dos resíduos sólidos urbanos de Florianópolis*. Relatório Final. CD-ROM da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap), dezembro. Florianópolis.
- PINHO, D. B. (2004) *O cooperativismo no Brasil*. Da vertente pioneira à vertente solidária. Saraiva, São Paulo.
- PUTNAM, R. (1996) *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, S. (2002) *Associação de Recicladores Esperança: uma alternativa de geração de trabalho e renda*. Centro Socioeconômico. Depto. de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- RODRIGUES, F. (2002) “Litoral de SC tem melhor desenvolvimento humano”. *Jornal A Notícia – Santa Catarina*, Geral, p. A6, 24 de maio. Florianópolis.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. (2002) *Ética*. Ed. Civilização Brasileira, 23ª ed.; Rio de Janeiro.
- SANTOS JÚNIOR, O., RIBEIRO, L. e AZEVEDO, S. (Orgs.; 2004) *Governança democrática e poder local*. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Revan e Fase, Rio de Janeiro.
- SANTOS, B. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal, Rio de Janeiro.
- SOARES-BAPTISTA, R. (2003) “Reciclagem, ação social, política de gerenciamento do lixo em São Paulo”. *XXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD)*. CD-ROM. Atibaia, 20 a 24 de setembro.

- SORJ, B. (2000) *A nova sociedade brasileira*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro
- VASCONCELOS, E. M. (2002) *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Epistemologia e metodologia operativa. Vozes, Petrópolis.
- VIOLA, E. & BOEIRA, S. L. (1990) “A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80”. VVAA. In: *Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*. Publicação do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. UFSC/IBAMA, Florianópolis.
- VIOLA, E. & LEIS, H. (1992) “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”. In: Hogan, D. Vieira, P. (Orgs.; 1992) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso*. Planejamento e métodos. Bookman, Porto Alegre.

Notas

- ¹ A pesquisa de iniciação científica que serviu de base ao ensaio foi financiada pela UNIVALI entre 2003 e 2004.
- ² Com uma pesquisa qualitativa e estudo de casos pretendeu-se elucidar, de forma introdutória, o formato organizacional e o capital social destas organizações bem diferenciadas em termos de poder social. Diferentes percepções de cidadania, de planejamento e de organização, além das interações entre as organizações, foram observadas. Assim, objetivou-se realizar um estudo exploratório, tanto empírico quanto teórico, evitando-se enfoques unilaterais ou reducionistas (paradigma disjuntor-redutor), em sintonia com o emergente paradigma da complexidade (Morin, 1998; 1991). O trabalho de contextualização (e mapeamento de redes de relacionamento) da formação do capital social serviu como diretriz do estudo. A pesquisa de informação qualitativa é assumidamente interpretativa e autocrítica, considerando o “dado” como algo construído e não apenas colhido. A pesquisa, assim, passa a ser um “diálogo inteligente e crítico com a realidade, tomando como referência que o sujeito nunca dá conta da realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito. A realidade tanto se mostra quanto se esconde” (Demo, 2001: 10). A pesquisa qualitativa e o paradigma da complexidade buscam a compreensão e a interpretação reconstrutiva de um determinado evento ou processo (visto como objeto no paradigma dominante), dentro de um contexto ou sistema aberto e dinâmico (Demo, 2002). Foram realizadas entrevistas (gravadas, semi-estruturadas) com sete atores sociais, entre os mais envolvidos com as organizações em questão, além de realizado um levantamento quantitativo de opinião e percepção (questionário) junto aos integrantes da AREsp. Fez-se uso, como recurso metodológico, de observação pessoal e direta do processo de trabalho na AREsp e em reuniões do FELC-SC, inclusive com acompanhamento e participação em debates na Lista de Discussão do FELC durante todo o período de pesquisa. Além disso, fez-se um levantamento

documental e bibliográfico junto a órgãos oficiais e acadêmicos. Buscou-se, assim, a combinação do uso de várias fontes de evidências (fontes secundárias e primárias) (Yin, 2001: 106).

- ³ Entretanto, aparentemente contrariando o conjunto desses fatores e perspectivas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Santa Catarina sugere uma excelente qualidade de vida nos municípios em questão: Florianópolis ocupa em 2000 a segunda posição (IDH 0,966) e São José o quarto lugar (IDH 0,962); o primeiro mantém sua colocação entre 1970 e 2000, enquanto o segundo aparece como uma das grandes novidades, tendo passado do 63º posto para a quarta posição no mesmo período (Rodrigues, 2002).
- ⁴ O fenômeno turístico também tem sido um fator preponderante na expansão populacional, nas últimas duas décadas, e é mais relevante à medida que se firma uma imagem de cidade com excelente qualidade de vida. A este fenômeno soma-se o crescente êxodo rural e de migrações para fora das metrópoles brasileiras. Ocorre um crescimento urbano desenfreado, com ocupações irregulares. O parcelamento da pequena propriedade rural que existia no município tem sido fator de surgimento de áreas carentes. Cerca de 95% dos moradores beneficiam-se do sistema de coleta de lixo convencional porta a porta, e o restante da população “utiliza-se de lixeiras comunitárias, pois moram em locais de difícil acesso aos caminhões coletores” (Orofino, 2002: 20).
- ⁵ À Prefeitura cabe fazer um acompanhamento sistemático da Associação, além de promover parcerias e viabilizar capacitação e apoio para a melhoria da renda. Também a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) apóia a AREsp por meio de palestras e doação de mudas de plantas (Ribeiro, 2002: 38). A AREsp já teve parceria com o Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (EMAPA), visando palestras e cursos sobre associativismo, porém esta já não está mais em vigor. O mesmo aconteceu com o Banco do Brasil (curso de alfabetização por meio do programa BBeducar). Constatou-se um relativo declínio na política de parcerias.
- ⁶ É possível observar que a maior parte dos entrevistados é do sexo feminino, com idade entre 20 e 30 anos, sendo que a metade participa da organização há menos de um ano, oito há mais de um ano e somente quatro há mais de três anos. Entre os entrevistados apenas um dispunha de outra fonte de renda, enquanto a quase totalidade (98,8%) tinha a AREsp como única fonte. De acordo com Ribeiro (2002: 42, 43), a renda mensal de cada associado era, em 2001, de R\$ 180,00, variando de acordo com a produção e a época do ano.
- ⁷ Em junho de 2001, cerca de 1300 catadores de 17 estados brasileiros realizaram um Encontro em Brasília, que deu origem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR, 2002).
- ⁸ “A participação no Fórum é aberta a todas as entidades públicas, privadas, governamentais e não governamentais que atuam direta ou indiretamente com a

gestão de resíduos sólidos, que estiverem de acordo com este regimento e assinarem o termo de adesão em anexo. As reuniões serão públicas, abertas à participação de pessoas físicas, entidades públicas, privadas, governamentais e não governamentais, não integrantes do Fórum, tendo oportunidade de manifestação, sem direito a voto” (FELC-SC, 2003: 4).